

COLETIVO

# LGBT+



# LGBTQIA+

## “PROF. FERNANDO SCHUELLER”

### Editorial

**A** APEOESP sempre teve papel relevante na defesa de segmentos ainda vulneráveis da população, como negros, mulheres, idosos e a população LGBTQIA+. Em pleno século XXI, a LGBTfobia – embora seja uma prática de racismo – ainda é uma chaga aberta em nossa sociedade, que nos últimos anos tem arraigado e disseminado discurso de ódio.

A Parada LGBTQ+, considerada uma das maiores do mundo (em 2000 foi incluída no "Livro dos Recordes" – "Guinness Book"), chega em 2026 em sua 30ª edição, e levará para a avenida um tema importante neste ano de eleições gerais: “A rua convoca, a urna confirma”. É nas urnas que a comunidade LGBTQIA+ pode garantir a eleição de candidatos comprometidos em garantir e ampliar os direitos conquistados nas últimas décadas, como a união estável, casamento civil, criminalização da LGBTfobia, entre tantas outras.

Nesta edição, trazemos matéria com os dados da pesquisa “Atlas da Violência 2025”, elaborado pelo Ipea, que evidenciam um aumento nos registros de caso de violência contra a comunidade LGBTQIA+. Entre os anos de 2022 e 2023, houve crescimento de 35% de casos entre os homossexuais e bissexuais, e de 43% entre as pessoas transsexuais e travestis.

Dados a lamentar. Por isso a importância de nós, professores, trabalharmos na construção de uma escola sem preconceitos, que eduque para a equidade e valorize a diversidade, combatendo ativamente o racismo, o machismo, a LGBTfobia, o capacitismo e o bullying.

Outro assunto importante versa sobre pesquisa inédita do Banco Mundial que revelou que a discriminação no mercado de trabalho gera perda de produtividade, desemprego e subutilização de talentos.

Diretoria da APEOESP



Trio elétrico da APEOESP na 16ª Parada, em 2012.

**E**m junho de 1969, em Nova York, um conflito entre a polícia e frequentadores do bar gay Stonewall Inn, foi o marco do movimento homossexual que deu origem a uma manifestação, no ano seguinte, que viria a ser conhecida como Parada do Orgulho Gay.

No Brasil, o movimento LGBT começou a tomar forma, sob a denominação de “movimento gay” ou “movimento homossexual”, no fim da década de 1970. No contexto da redemocratização política do país, nos anos 1980, a população LGBT buscou politizar o livre exercício da sexualidade, a fim de reivindicar direitos iguais. Os eventos relativos ao “orgulho GLBT” tomaram força na década de 1990. Um ato na Praça Roosevelt, em junho de 1996, reuniu cerca de 500 pessoas e serviu como embrião da primeira Parada LGBT paulistana, realizada em 1997 com aproximadamente duas mil pessoas.

Nos anos 2000, a parada de São Paulo cresceu, e o número de paradas semelhantes no país também.

A 10ª Parada do Orgulho LGBT de

São Paulo reuniu 2,5 milhões de pessoas e acabou incluída no "Livro dos Recordes" ("Guinness Book"), como a maior do gênero no mundo. Para pesquisadores, esta essa expansão só foi possível porque, no Brasil, “as paradas se tornaram mais do que celebrações: tornaram-se dispositivos políticos. Reivindicam direitos civis, denunciam a LGBTfobia, fortalecem redes de apoio e pressionam governos”.

A defesa dos Direitos Humanos e de uma Educação que contemple a inclusão e o respeito às diferenças, levou

a APEOESP criar um Coletivo LGBT na entidade, durante o Encontro de Políticas Sociais, que o Sindicato realizou em agosto de 2009, e a participar das Paradas do Orgulho LGBT. Em 2010, o coletivo passou a denominar-se “Coletivo LGBT Professor Fernando Schueler”, em homenagem ao professor, ex-diretor e militante da causa LGBT da APEOESP, que faleceu no dia 27 de maio. Além de ser um dos fundadores do Coletivo no sindicato, Fernando Schueler foi membro da Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial da CUT.

### A rua convoca, a urna confirma

Com o tema “Parada SP 30 anos: A rua convoca, a urna confirma”, a Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo acontecerá no dia 7 de junho na avenida Paulista. Além da parada, a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT-SP), organizadora do evento, também promove na capital Paulista uma feira de empreendedorismo e uma corrida. A Feira Cultural da Diversidade e Empreendedorismo LGBTQ+ acontecerá no dia 4 de junho, no Vale do Anhangabaú; e a Corrida do Orgulho LGBTQ+ no dia 6, no Shopping SP Market - avenida das Nações Unidas, 22.540,

# Pesquisa do Ipea aponta **crescimento da violência** contra a população LGBTQIA+



Intolerância contra a população LGBTQIA+ leva atos LGBTfóbicos e aumenta a violência.

lançado em maio deste ano, o “Atlas da Violência 2025” traz um diagnóstico abrangente da violência no País, reunindo dados sobre homicídios, crime contra populações vulneráveis, desigualdades raciais e de gênero, entre outros temas. Produzido em parceria pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o estudo apontou uma redução na taxa de homicídios, que chegou a 21,2 por 100 mil habitantes em 2023 – o menor índice em 11 anos – e a queda de 30% nas mortes violentas desde 2017.

No capítulo dedicado à violência contra a população LGBTQIA+, contudo, os números são alarmantes. Os dados da pesquisa evidenciam um aumento nos registros de caso de violência contra homossexuais e bissexuais, que entre os anos 2022 e 2023 cresceram 35%; entre as pessoas transexuais e travestis, o aumento, no mesmo período, foi maior: 43%.

Os pesquisadores ressaltam a dificuldade na produção de dados sobre a população LGBTQIA+, por isso o Ipea baseou a pesquisa com registros do Sistema de Informações sobre Mortali-

dade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

Desde 2014, de acordo com o estudo, o número total de casos de violência contra homossexuais e bissexuais apresentou crescimento contínuo, ressaltando um aumento maior entre os homossexuais, passando de 761 casos em 2014 para 9.845 em 2023. Entre as mulheres transexuais também registrou-se aumento significativo: em 2014 registrou-se 291 casos contra 3.524 casos no final da série. Entre os travestis, no período analisado, os casos saltaram de 27 para 659.

A pesquisa aponta ainda que houve aumento significativo das notificações de violência contra a população LGBTQIA+ a partir do ano 2020. Para os analistas do Ipea, “é possível que tenha havido, de fato, um aumento vigoroso da prevalência da violência nesse período, que coincide com a pandemia da Covid 19 e com o governo Bolsonaro”. Os analistas destacam ainda que os ataques à população LGBTQIA+ não vieram só do Executivo, mas principalmente do Legislativo, que intensificou avanços de proposições LGBTfóbicas.

## 257 mortes violentas em 2025

O Observatório da Violência, produzido pelo Grupo Gay da Bahia, divulgou os dados da violência motivada pela LGBTfobia em 2025. De acordo com a pesquisa realizada pela ONG, no ano passado foram registradas 257 mortes violentas no Brasil contra a população LGBTQIA+, -- redução de 11,7% em relação ao registros de casos em 2024. Isso representa uma morte violenta de LGBT+ a cada 34 horas. O relatório destaca que “dentro desse total estão incluídos 204 homicídios, 20 suicídios, 17 latrocínios e 16 casos de outras causas (atropelamentos, afogamentos etc.)”.

## Dia Internacional contra a homofobia

No dia 17 de maio comemorou-se o Dia Internacional contra Homofobia, Transfobia e Bifobia, que celebra o reconhecimento, a humanização e a naturalização da diversidade. Foi nesta data, em 1990, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID), código utilizado para padronizar e sinalizar patologias em prontuários médicos.

Como o avanço da ciência e da atuação pela garantia e promoção dos direitos humanos, hoje já se sabe que a homossexualidade – assim como a transexualidade e a bissexualidade – não configura uma enfermidade, não é contagiosa e não oferece nenhum prejuízo à vida coletiva.

## Combater a LGBTfobia nas escolas

No Brasil, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é considerada crime, sendo equiparada aos crimes de racismo por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

LGBTfobia é o preconceito, a discriminação ou a violência contra pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais e outras identidades). Essa forma de preconceito pode aparecer em xingamentos e agressões; na exclusão de colegas, em piadas ofensivas ou ignorando a identidade de alguém. Nas escolas, isso pode acontecer quando um aluno é ridicularizado por gostar de alguém do mesmo sexo ou por não se encaixar em padrões de gênero considerados “tradicionais”.

O preconceito afeta o desempenho escolar, a saúde mental e a permanência de estudantes LGBTQIA+ na escola. Dados do Ministério da Educação mostram que, em 2021, apenas 25,5% das escolas tinham ações contra machismo e homofobia - o menor patamar em dez anos.

Para mudar essa realidade, é essencial promover o respeito nas escolas com debates, formação de professores, apoio psicológico e escuta ativa dos estudantes. O combate à LGBTfobia começa se colocando no lugar do outro, com educação para transformar a escola num espaço seguro, independente da orientação sexual e da expressão de gênero.



# Discriminação custa R\$ 94,4 bilhões anuais ao Brasil

No dia 29 de abril, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) realizou, em Brasília, o evento “II Diálogos Internacionais LGBTQIA+: O Custo da Exclusão LGBTQIA+ no Brasil”, quando se apresentou os dados do estudo realizado pelo Banco Mundial -- “Custo econômico da exclusão baseada em orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais no mercado de trabalho brasileiro”.

A pesquisa inédita revelou que a discriminação no mercado de trabalho gera perda de produtividade, desemprego e subutilização de talentos. O impacto financeiro é alarmante: a exclusão da população LGBTQIA+ gera uma perda estimada em cerca de 0,8% do PIB brasileiro – R\$ 94,4 bilhões.

O levantamento do Banco Mundial revelou ainda que a taxa de desemprego entre os indivíduos LGBTQIA+ em 2024 era de 15,2%, acima da taxa nacional, que era de 7,7%, e a inatividade na força de trabalho (pessoas em idade ativa que não estão trabalhando nem procurando emprego) também foi maior entre os entrevistados LGBTQIA+ que na população geral – 37,4% e 33,4%, respectivamente.

Na apresentação do relatório, especialistas apontam que a “exclusão de pessoas LGBTQIA+ no Brasil começa cedo, frequentemente no ambiente familiar e se estende por todas as áreas da vida”.

A população LGBTQIA+ enfrenta restrições no acesso à educação, a serviços de saúde, a oportunidades econômicas e no mercado de trabalho. De acordo com pesquisa realizada pela



Lançamento da pesquisa no Ministério dos Direitos Humanos

ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), a evasão

escolar entre as pessoas LGBTQIA+, especialmente entre estudantes trans e com diversidade de gênero, é maior. Os

dados apontam que aproximadamente 70% das mulheres trans e travestis não concluíram o ensino médio, e que apenas 0,02% estão matriculadas no ensino superior. A pesquisa aponta como causa restrições ao uso de nomes sociais e de banheiros, à falta de representatividade nos currículos, à violência doméstica ou expulsão de casa.

Os pesquisadores apontam ainda que a “discriminação no mercado de trabalho é um dos canais mais claros pelos quais a exclusão se traduz em custos econômicos para as pessoas LGBTQIA+, restringindo o acesso ao emprego, limitando a estabilidade no trabalho e a progressão na carreira, e reduzindo os rendimentos ao longo do tempo”

## Programas de Proteção e Inclusão do governo federal

No início de seu mandato, em 2023, o governo Lula criou a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa LGBTQIA+, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O órgão foi estruturado para desenvolver políticas públicas transversais, promover ações afirmativas, garantir cidadania e enfrentar a violência e a discriminação estrutural contra essa população no Brasil.

Desde então, com o compromisso de fortalecer políticas públicas de proteção e a ampliação do acesso a direitos para a população LGBTQIA, a secretaria tem executado uma série de programas e ações que atuam diretamente para a proteção e defesa desse público.

O governo tem focado em três frentes principais de atuação para o público LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade:

**Acolher+:** Fortalece casas de acolhimento já existentes e cria “Casas-Modelo” (em parceria com estados e municípios) para apoiar pessoas em situação de abandono familiar ou risco social.

**Bem Viver+:** Voltado para populações do campo, águas e florestas. Promove o enfrentamento à violência e foca na saúde mental, autocuidado e apoio a redes comunitárias, em parceria com os ministérios dos Povos Indígenas (MPI) e da Igualdade Racial (MIR).

Estratégia Nacional de Trabalho, Educação e Renda: Busca garantir a autonomia financeira de pessoas vulneráveis por meio de capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho formal, cooperativismo e empreendedorismo.

De acordo com a secretaria, essas ações funcionam como uma linha de defesa essencial, já que o público-alvo (jovens, idosos e pessoas com deficiência) muitas vezes é excluído do núcleo familiar e necessita de abrigo, segurança alimentar e trabalho.

## Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

O Conselho Nacional LGBTQIA+ protocolou no dia 28 de abril na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que institui a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. A proposta cria mecanismos para garantir continuidade nas políticas públicas voltadas à comunidade, sem risco de revogação com mudanças de governo. As deputadas Erika Hilton (PSOL-SP), Dandara Tonantzin (PT/MG) e Duda Salabert (PSOL-MG) e mais 28 parlamentares assinaram o projeto.

O presidente do Conselho Nacional LGBTQIA+ e Secretário de Direitos

Humanos da CNTE, Zezinho Prado, comentou que o PL é um passo maior para garantir a segurança jurídica do combate à discriminação contra a comunidade. “É o que nós carecemos, realmente ter uma lei que possa nos amparar, que possa nos dar mais força para esta luta complicada que é da população LGBTQIA+”.

O documento busca garantir segurança jurídica para que programas de acolhimento, cidadania e combate à violência não sejam interrompidos por mudanças de gestão. O texto almeja descentralizar a execução das políticas criadas e estabelecer a cooperação

entre União, estados e municípios para enfrentar a LGBTQIAfobia de forma permanente.

A Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ propõe uma estrutura formada por seis componentes: órgãos de Política LGBTQIA+; Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; Comissão Nacional Intergestores da Política LGBTQIA+; Rede Nacional de Promoção, Proteção e Defesa das Pessoas LGBTQIA+; Casas da Cidadania LGBTQIA+.

### Canais de Denúncia: Disque 100

Como os dados oficiais sobre LGBTQfobia ainda são escassos, o registro de denúncias é fundamental para dar visibilidade à violência e encaminhar os casos aos órgãos competentes. Neste sentido, o governo federal criou canais de denúncia de violência, por meio do serviço da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), que é gratuito, sigiloso e funciona 24 horas por dia. Os canais disponíveis são:

- ➔ **Telefone:** Disque 100
- ➔ **WhatsApp:** (61) 99611-0100
- ➔ **Telegram:** Procurar por "Direitos humanos brasil"
- ➔ **E-mail:** ouvidoria@mdh.gov.br
- ➔ **Site:** gov.br/mdh/pt-br/ondh

# CUT faz Marcha Nacional dos Trabalhadores LGBTQIA+

A 2ª Marcha Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras LGBTQIA+, organizada pela CUT, ocorrerá em 5 de junho de 2026, em São Paulo, com o objetivo de consolidar a pauta trabalhista na semana da Parada do Orgulho LGBTQIA+.

Com foco no fim da escala 6x1 e defesa de direitos, a marcha concentra-se às 14 horas na Praça Roosevelt, com caminhada até o Largo do Arouche. A expectativa da organização é dobrar o número de participantes da primeira edição, realizada em 2025, ampliando a visibilidade da população LGBTQIA+ trabalhadora e fortalecendo a luta por direitos, dignidade e inclusão no mundo do trabalho. Neste ano, conta com apoio institucional da Associação da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo, que passa a apoiar institucionalmente a atividade.

Walmir Siqueira, secretário nacional de Políticas LGBTQIA+ da CUT e secretário do Departamento Jurídico da APEOESP, explicou que mais do que um ato simbólico, a marcha nasceu da compreensão de que a luta contra a LGBTfobia também passa pela defesa de direitos trabalhistas e pela construção



A primeira Marcha Nacional, realizada em 2025.

de um mercado de trabalho mais justo. A proposta da CUT é reafirmar que a diversidade sexual e de gênero não pode estar dissociada da luta de classes, especialmente diante da realidade de exclusão, informalidade, desemprego e violência que ainda marca a vida de grande parte da população LGBTQIA+, sobretudo pessoas trans e travestis

A principal bandeira desta edição da marcha será o fim da escala 6X1. “A gente quer focar na campanha em favor do fim da jornada 6 por 1 e do trabalho decente para a

população LGBTQIA+. Os trabalhadores e trabalhadoras LGBTQIA+ sempre estão nos subempregos ou nos empregos com jornadas maçantes. São os que trabalham mais e ganham menos”, afirmou Walmir.

Neste cenário, a marcha também busca fortalecer o papel dos sindicatos como espaços de acolhimento, proteção e organização política da população LGBTQIA+. “Queremos que as pessoas saibam onde nos encontrar. A CUT tem coletivo, tem secretaria e tem preocupação com essa pauta.

Queremos que quando as pessoas vejam a marcha entendam que vários sindicatos da CUT no Brasil têm essa preocupação e saibam a quem recorrer no caso de uma necessidade do dia a dia”, destacou Walmir.

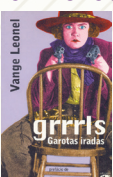
## Caminhada de Mulheres Lésbicas

No dia 06 de junho acontecerá a 24ª edição da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de SP. O evento está marcado para as 13 horas na avenida Paulista, no MASP.

Este ano, a caminhada homenageia Luana Barbosa, mulher negra e lésbica que veio a falecer devido a violência policial em uma abordagem da Polícia Militar na cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. Exigimos do Estado respostas concretas sobre o caso e seus desdobramentos em sua família, além das dimensões materiais e simbólicas que sua morte deixou em toda a nossa comunidade.

## Dicas de leitura

### Grrrls: Garotas Iradas - Vange Leonel



O livro reúne crônicas de Vange Leonel – jornalista e compositora, falecida em 2014 – escritas nos anos 90 para a revista Sui Generis, voltada ao público LGBTQIA+ (então chamada de comunidade GLS), que circulou entre 1994 e 2000.

### Na casa dos sonhos - Carmem Maria Machado



Carmem Maria Machado é uma autora de contos, ensaísta e crítica americana, frequentemente publicada nas revistas The New Yorker, Granta, Lightspeed Magazine. O livro foca as memórias da autora, que aborda um relacionamento abusivo através de sua percepção pessoal, mas também por um viés cultural e sociológico. Ao registrar sua experiência de sexualidade queer e violência psicológica íntima, a autora chama ao palco personagens largamente marginalizados e esquecidos pela história que, invisíveis na narrativa coletiva, encontram ainda mais dificuldade para entender o significado de seus próprios sentimentos.

### Um beijo de Dick - Fernando Malano Vargas



Um Beijo de Dick narra a descoberta do primeiro amor entre dois adolescentes, Felipe e Leonardo, unidos pela paixão pelo futebol e pelo cinema. Através de uma narrativa íntima e honesta, o livro afasta-se de tragédias estereotipadas para focar na pureza do desejo juvenil e na construção de um universo particular onde o afeto é a maior forma de rebeldia. É um relato sensível sobre o rito de passagem para a vida adulta, explorando a tensão entre a repressão do mundo exterior e a urgência de viver um sentimento autêntico.

### Sobre o fundo azul da infância - Tônio Caetano



O livro fala de um menino mimado e “estanho”. Sobre o fundo azul da infância traz nove ficções curtas ambientadas no início dos anos 1990. Nelas, o leitor encontrará um menino morador periferia de Porto Alegre a partir do olhar sobre a família, as amizades, a sexualidade e o crescer. Também, em meio a muitos desafios, a busca do se encontrar e do entender a realidade à sua volta, o mundo de um menino possível se faz.

### Hotel Atlântico - João Gilberto Noll



Em um hotel de Copacabana um homem se depara com um cadáver carregado pelas escadas. O acontecimento dá início a um percurso inesperado, onde se encontra repetidas vezes com a morte e com personagens inusitados. Um livro de ação permanente, criada pelo olhar de um homem que se envolve com a paisagem em mutação e encontra pessoas que jamais participam pacificamente da sua vida.

### Amora - Natalia Borges Polesso



Livro de contos lançado em 2016, de autoria da escritora gaúcha, que reúne histórias que giram em torno de relacionamentos lésbicos. Em 2016, o livro venceu o Prêmio Jabuti, na categoria “conto”. Em setembro de 2018, o livro foi aprovado no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o que significa que ele pode ser trabalhado em sala de aula nas escolas públicas de todo o país.

### Expediente



### Dirigentes responsáveis

**Maria Izabel Azevedo Noronha**  
Primeira Presidenta Interina  
(afastamento eleitoral)

**José Roberto Guido Pereira**  
Primeiro Presidente Interino

**Fábio Santos de Moraes**  
Segundo Presidente

**Francisco de Assis Ferreira**  
Secretário de Comunicações

**Rosa Maria de Araújo Fiorentin**  
Vice-secretária de Comunicações

**Rita de Cássia Cardoso**  
Secretária de Políticas Sociais

**Richard Araújo**  
Vice-secretário Adjunto de Políticas Sociais

### Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha (afastamento eleitoral)

Roberto Guido

Fábio Santos de Moraes

Francisco de Assis Ferreira

Rosa Maria de Araújo Fiorentin

Zenaide Honório

Sérgio Martins da Cunha

Rita de Cássia Cardoso

Richard Araújo

Miguel Noel Meirelles

Walmir Siqueira

Ozani Martiniano de Souza

**Produção:**  
Secretaria de Comunicações da APEOESP

**Tiragem: 15 mil exemplares**